

Vencer essa psicose exige mais do que boa vontade

Ren. Brasil

O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, iniciou na segunda-feira uma luta contra o que está sendo chamado de "psicose da hiperinflação". Em sucessivos encontros com os mais representativos empresários da indústria, do comércio e do setor agrícola, o último dos quais está marcado para hoje à noite, o ministro vem procurando demonstrar que a situação brasileira está longe de ser comparável à argentina e, por isso, de forma alguma se justificam as previsões da ocorrência do "efeito Orloff" (a Argentina hoje seria o Brasil amanhã).

Pela reação dos participantes desses encontros, o desempenho do ministro tem sido bom. Os empresários chegam à reunião com expectativas muito negativas a respeito do futuro próximo e saem com a sensação de que nem tudo está perdido. Nessa tarefa de mudar as previsões de alguns dos mais importantes agentes econômicos do país, Maílson da Nóbrega entrega-lhes um documento preparado por sua assessoria no último fim de semana e que, na avaliação do ministro, contém uma demonstração de que o estado da economia "é bom, nas circunstâncias".

Em sete páginas e nove tabelas e gráficos, o documento analisa o comportamento da arrecadação da União, o desempenho do Tesouro Nacional, as previsões para o déficit público, a política monetária, o comportamento da economia, o nível de emprego e de salários e a evolução dos preços. "Os indicadores do desempenho recente da economia e os instrumentos de ação que o governo detém apontam para a possibilidade de uma transição normal neste período final de governo, sem ameaça de explosão inflacionária ou desorganização do sistema de preços", diz o documento, numa conclusão que, infelizmente, pode ser otimista demais.

No que se refere ao setor público, o documento mostra que, tendo o governo desistido de cortar definitivamente a raiz do mal inflacionário — pois isso implica custos políticos que os governantes, coadjuvados pelos congressistas, não quiseram assumir —, até que se fez muito. A arrecadação tributária está superando as metas da Secretaria da Receita Federal, a execução financeira do Tesouro tem sido melhor do que a do ano passado e os agregados monetários cresceram menos do que a inflação no mês passado.

Entretanto, se o conjunto de informações que o ministro está passando aos empresários mostra que o quadro não piorou na velocidade que se temia, comprova também que a situação não é tranquila. Nesse sentido, nem mesmo alguns números aparentemente favoráveis chegam a representar algum alívio.

O fato de a base monetária ter crescido menos do que a inflação em junho, por exemplo, não quer dizer que a política monetária seja tão restritiva como deveria ser: no primeiro semestre, a base cresceu 178,8% mais do que os 175,6% da inflação do período. Quando muito, o desempenho de junho impediu que a diferença fosse maior.

Também inexistem razões para concordar inteiramente com o otimismo do documento na parte relativa à inflação. O texto é correto quando diz haver hoje uma "tendência de desaceleração se compensada com o forte movimento ascendente verificado por ocasião da saída do congelamento". É claro que ninguém espera ver em julho uma inflação 2,5 vezes maior do que a do mês anterior, como aconteceu em junho (quando a inflação, que atingira 9,94% em maio, saltou para 24,83%). Mas não há razões para supor que a tendência de alta tenha sido rompida.

Com base nos últimos dados coletados pelas diferentes instituições que pesquisam preços, o documento prevê que a inflação de julho será próxima da de junho. Isso não quer dizer, porém, que foi eliminada a "ameaça de explosão inflacionária", como o documento conclui. O mês de julho costuma apresentar uma queda nas atividades do comércio, o que reduz as pressões sobre os preços, mas nos meses seguintes essa pressão tende a crescer. Neste ano, o crescimento se deverá, paradoxalmente, a alguns fatores que o governo arrola para justificar seu otimismo, como o ingresso na economia dos recursos provenientes da comercialização da safra agrícola recorde (de 72 milhões de toneladas de grãos) ou do reaquecimento promovido pela recuperação da atividade industrial. Além disso, a recomposição das tarifas e preços públicos, ainda que gradual, também pressionará os preços.

Mais importante do que a análise de pontos do documento, entretanto, é o reconhecimento do fato de que, por maior que seja o poder de argumentação do ministro, no máximo ele consegue convencer um grupo restrito de pessoas de que o governo faz alguma coisa. A imensa maioria da população tem razões de sobra para pensar o contrário e, em consequência, temer o que vem pela frente.

É esse temor generalizado que torna a crise um fato político. Só um governo com alguma credibilidade poderia afastar o compreensível medo dos brasileiros com relação ao futuro. Um governo desses certamente reduziria suas despesas, pelo corte de organismos ineficientes e pela eliminação dos subsídios que beneficiam alguns poucos, promoveria a privatização, demonstraria, enfim, que busca saídas efetivas para nos tirar da rota da hiperinflação.

A adoção dessas medidas, entretanto, está acima da capacidade da equipe econômica chefiada pelo ministro Maílson da Nóbrega, por melhores que sejam suas intenções. Depende de um governo que, ao promover viagens como a que o presidente da República acaba de fazer à França, em nada ajuda a melhorar as expectativas da população.